

Resolução 1.718 (2006) Do Conselho De Segurança Da ONU: O Pacote De Sanções Que Reafirma A Política Do Eixo Do Mal, Dos Estados Unidos Para A Coreia Do Norte

Mel Pôrto Bonotto¹

Resumo: Em 2001, a política externa dos EUA passou a atuar pela chamada Doutrina Bush que delimitou os inimigos externos, encaixados no Eixo do Mal, dentre eles a Coreia do Norte. Os norte-coreanos historicamente demonstraram interesses pela energia nuclear, especialmente pela necessidade de segurança nacional, desenvolvendo-a e realizando testes, que não são aceitos pelos demais Estados ocidentais. Logo, o objetivo do trabalho é analisar a relação entre a política da Guerra ao Terror e a escalada das operações nucleares da Coreia do Norte, que consequentemente culminaram na Resolução 1718 de 2006, as primeiras sanções multilaterais da ONU. Para tanto, a pesquisa utiliza-se da teoria do neo-realismo ofensivo de Mearsheimer, a fim de explicar o comportamento dos EUA durante o mandato Bush.

Palavras-chaves: Sanções; Inimigo; Nuclear; George W. Bush; Coreia do Norte.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: melbonotto650@gmail.com

1 Introdução

Apesar das divergências entre Estados Unidos e Coreia do Norte se adaptarem ao final da Guerra das Coreias (1950-53), os eventos que atingiram seu ápice na Resolução 1.718 apenas refletem as políticas ofensivas estadunidenses, sejam militares, sejam econômicas, ao seu rival asiático adotadas durante os últimos 50 anos. O problema norteador da presente pesquisa está em analisar como a política externa dos EUA para a Coreia do Norte, no contexto da Guerra ao Terror, fomentou o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins militares da Coreia do Norte, exemplificados na Resolução 1.718 do Conselho de Segurança da ONU². Nesse sentido, o principal objetivo do texto está em demonstrar que as atitudes tomadas pelos estadunidenses diante do seu proclamado inimigo, a Coreia do Norte, após ataques ao solo americano em 2001, propiciaram o alargamento do programa nuclear norte-coreano, graças a caracterização do inimigo do leste asiático e em decorrência da Guerra ao Terror e do Eixo do Mal – conceitos empregados pelo próprio ex-presidente George W. Bush imediatamente depois dos ataques de 11 de setembro de 2001.

Ao apresentar uma teoria de Relações Internacionais guiado pelas ideias de John Mearsheimer, em sua obra *The Tragedy of Great Power Politics*³, acerca do neo-realismo ofensivo, o artigo propõe-se a analisar as atitudes da grande potência do início do século XXI, os Estados Unidos da América (EUA), em relação ao seu rival histórico comunista, a Coreia do Norte. Porém, a investigação não se limita em interpretar as desavenças entre ambos apenas por uma questão política, a criação da bomba atômica na Segunda Guerra Mundial, trouxe uma nova forma de se observar a segurança nacional e o poderio ofensivo de um Estado.

Dessa forma, o artigo apresenta a história das relações entre ambos os países, além de explicar como era a relação durante o mandato de George W. Bush. Em seguida, há uma apresentação do contexto de eleição de Bush filho na virada do século e como sua política externa sofreu radical mudança com os ataques terroristas de 11 de setembro, em Nova York e Washington (Cohen, 2014)⁴. Esses

2 CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. *Resolução 1718*. Index: S/RES/1718, 14 de outubro de 2006. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n06/572/07/pdf/n0657207.pdf?token=CngyUUKyc445ROcdM9&fe=true>.

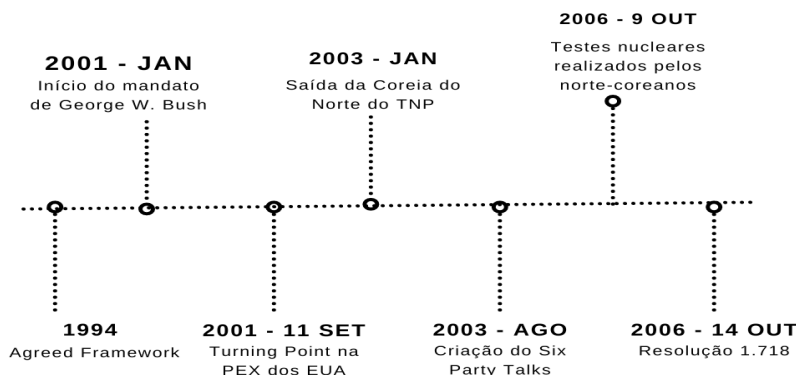
3 MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Powers Politics*. W. W. Norton & Company, 2014.

4 COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: the geography of international relations*. Rowman & Littlefield, 2014.

ataques foram os principais responsáveis para o nascimento da Doutrina Bush e tentativas incansáveis de combate à Guerra ao Terror contra os inimigos da ordem estabelecida pelos estadunidenses, dentre os quais a Coreia do Norte. A declaração feita por Bush em 20 de setembro, em que ele afirma que “os EUA estão em uma guerra, uma guerra ao Terror”, apenas demonstra o compromisso da administração Bush em combater seus rivais internacionais. Posteriormente, a história da energia nuclear é descrita, por meio dos diversos acordos criados a partir da metade do século XX, em prol do monitoramento e da vigilância da nova tecnologia. Nessa conjuntura, também há uma breve análise do que foram os testes norte-coreanos de 2006 e quais foram os impactos para o sistema internacional e para a Coreia do Norte, levando em conta a Resolução 1.718 do CSNU.

Para tanto, uma linha do tempo, juntando os principais pontos citados no artigo, ilustra de maneira clara o jogo de causas e consequências que se pretende atingir com essa pesquisa.

Figura 1. Linha do Tempo



Fonte: Elaborada pela autora.

2 Metodologia

A partir de uma pesquisa de tipo qualitativa, que buscará entender as motivações que suscitaram a aplicação da Resolução 1.718 (2006), por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, levando em consideração os testes atômicos realizados pela Coreia do Norte. Por meio de uma pesquisa explicativa, com assistência de artigos e livros, pretende-se fundamentar o assunto com obras de Tim Beal, Semoon Chang, Bruce Cummings⁵, entre outros. Logo, pretende-se conectar o aumento da produção atômica da Coreia do Norte, país que se retirou do TNP em 2003 e desenvolveu seu programa nuclear livremente a contar dessa situação, principalmente após a chegada de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos da América e a implementação da Doutrina Bush. Outrossim, visa-se identificar como a alocação dos norte-coreanos no “Eixo do Mal”, como o próprio Bush denomina em seu discurso, ensejou a necessidade de segurança internacional, mediante recursos nucleares no país asiático. Portanto, compreender as mudanças do sistema, a começar pela promoção da Guerra ao Terror, e como ele foi afetado, colocando a Coreia do Norte em uma posição de defesa agressiva em relação aos Estados Unidos. Pode-se explicar essa inferência causal, com o auxílio de uma linha do tempo que elucida o jogo de causas e consequências propostas pela pesquisa vigente.

O objetivo do trabalho é considerar a Resolução 1.718 do CSNU como um pacote de sanções que serve de resposta aos atos proferidos em 2006 pelo governo norte-coreano e sua escalada nuclear, estabelecendo um meio pelo qual as sanções dos EUA para a Coreia se firmam em um âmbito multilateral, como causa a Guerra ao Terror e o Eixo do Mal. Para tanto, a pesquisa se utilizará da definição de sanções de Robert A. Pape, segundo o qual: “As sanções econômicas procuram diminuir o bem-estar econômico agregado de um estado alvo, reduzindo o comércio internacional, a fim de coagir o governo alvo a mudar o seu comportamento político” (Pape, 1997, p. 93)⁶. Ainda segundo Pape, as sanções internacionais são aplicadas de acordo com dois objetivos básicos: restrições financeiras e comerciais.

5 ABRAHAMIAN, Ervand; CUMMINGS, Bruce; MA'OZ, Moshe. *Inventing the Axis of Evil: The Truth About North Korea, Iran, and Syria*. The New Press, 2004.

6 PAPE, Robert A. *Why Economic Sanctions Do Not Work*. The MIT Press, Vol. 22, No. 2 (Fall, 1997).

No vigente estudo, o enfoque será dado ao parágrafo 6 e parágrafo 8 inciso “d” do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, medidas sob o seu Artigo 41, da Resolução 1.718 (2006). De maneira sintética, requerem o abandono total dos meios nucleares dispostos pela Coreia do Norte, igualmente exigem a atuação em consonância com as obrigações aplicadas às partes sob o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e os termos e condições estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica. Não obstante, exigem o congelamento de ativos financeiros de origem norte-coreana em seus territórios e condenam qualquer apoio ilícito ao programa nuclear da Coreia do Norte e outros programas relacionados com armas de destruição maciça e mísseis balísticos.

Logo, o movimento feito por parte dos países ocidentais, como exposto nos parágrafos destacados de tal resolução, procurou atingir o país hostil especialmente em duas grandes áreas. Primeiro, graças ao bloqueio da participação no sistema financeiro internacional, por meio do congelamento de ativos financeiros norte-coreanos em demais Estados, configurando uma limitação no mercado de capitais mundial. Segundo, com o extermínio de quaisquer armamentos nucleares em seu território e o cumprimento de normas internacionais sobre energia atômica em seus principais âmbitos institucionais (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

A teoria guia do trabalho utiliza-se da noção de neo-realismo ofensivo de John Mearsheimer, retirada de sua obra *The Tragedy of Great Power Politics*, na qual sustenta que “o sistema incentiva os estados a procurar oportunidades para maximizar o seu poder vis-à-vis outros estados” (Mearsheimer, 2014, p. 29)⁷. Por esse viés, as tentativas em análise dos norte-americanos frente à estrutura de desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte reafirmam nada mais que o proposto pelo autor estadunidense, ao colocar as seguintes suposições sobre o sistema internacional. Além de um sistema anárquico, também acredita na racionalidade dos atores, assim nunca se pode ter certeza das intenções de outros Estados, por isso grandes potências possuem capacidades militares ofensivas, que lhes dão a possibilidade de atingir ou destruir os demais, em prol de atingir seu principal objetivo: a sobrevivência.

⁷ Tradução livre. No original: “the system encourages states to look for opportunities to maximize their power vis-à-vis other states”.

No caso em questão, as tentativas de desmoralizar o governo coreano operam, por meio de sanções internacionais, como manobras a fim de terminar com seu programa atômico e enfraquecer seu regime hostil aos ocidentais. Mearsheimer exemplifica perfeitamente a lógica dos EUA quando cita que “apreensivos quanto às intenções finais de outros Estados, e conscientes de que operam num sistema de auto-ajuda, os Estados compreendem rapidamente que a melhor forma de garantir a sua sobrevivência é ser o Estado mais poderoso do sistema” (Mearsheimer, 2014, p. 33)⁸. Dessa forma, os Estados Unidos, após consolidar sua hegemonia no hemisfério ocidental, passa a buscar meios de prevenir e controlar grandes potências em regiões estratégicas, como Ásia e Europa, buscando pelo enfraquecimento de Estados rivais nessas localidades (Mearsheimer, 2006).⁹

3 Contextualização

As tensões entre os norte-americanos e os norte-coreanos são realidades desde a formação deste país. Desde a Guerra na Coreia nos anos 1950, passando por sua divisão em dois Estados e até o começo do programa nuclear na península, há casos de estresse entre os EUA e a Coreia do Norte, como o início das sanções unilaterais por parte dos estadunidenses em 1958 sobre a RPDC (Chang, 2006)¹⁰. O fator Guerra Fria também possibilitou esse distanciamento, tendo em vista que a RPDC optou por se aproximar ideológica, política e economicamente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), inimigo número um do bloco ocidental. Assim, ao contrário da sua vizinha Coreia do Sul - com quem também enfrentou diversos problemas ao longo dos anos por questões específicas da região -, que se juntou ao mundo capitalista, a Coreia do Norte jamais consolidou laços amistosos duradouros com os estadunidenses, apesar de existirem historicamente tentativas de aproximação de ambos os lados (BEAL, 2005)¹¹. Situação essa que alastrou após o colapso do bloco socialista em 1991, o qual trouxe consequências drásticas aos coreanos. A falta de alimentos agrícolas disponibilizada por seu principal parceiro,

8 Tradução livre. No original: “Apprehensive about the ultimate intentions of other states, and aware that they operate in a self-help system, states quickly understand that the best way to ensure their survival is to be the most powerful state in the system”.

9 MEARSHEIMER, John J. China’s Unpeaceful Rise. *Current History*; Oakland Vol. 105, Iss. 690, (Apr 2006), p. 160-162.

10 CHANG, Semoon. The Saga of U.S. Economic Sanctions Against North Korea. *Institute for National Security Strategy*, Vol. 20, No. 2 (Fall/Winter 2006), pp. 109-139.

11 BEAL, Tim. *North Korea: The struggle against American power*. Pluto Press, 2005.

a União Soviética, crise econômica, má nutrição e mar de mortes são alguns dos principais desdobramentos enfrentados em meados dos anos 1990, episódio que ficou conhecido como a Marcha Penosa. A crise econômica, além de problemas com a agricultura e a queda do maior aliado, também teve raízes na hostilidade com os EUA, principalmente frente aos problemas nucleares (Beal, 2005).

Em outubro de 1994, a Coreia do Norte e os Estados Unidos assinam o Quadro Acordado (*Agreed Framework*), o primeiro acordo entre as duas partes sobre a questão nuclear, quando o programa atômico norte-coreano despertara preocupações por parte do Ocidente¹². Sob esse acordo, Tim Beal (2005) explica que reatores nucleares coreanos foram desligados, seguidamente de suspeitas americanas da possível utilização de plutônio no enriquecimento de armas atômicas. Em troca, houve o fornecimento de dois reatores de água e óleo combustível como medidas compensatórias pelos problemas elétricos que os coreanos sofreram, além de alívio na imposição de sanções e aprimoramento para normalizar as relações entre eles. Todavia, os anos de relação “pacífica” desmoronaram depois da eleição de George W. Bush e seu projeto político. Sobre esse afastamento afirma-se que:

As relações entre Washington e Pyongyang tornaram-se cada vez mais amargas. A Coreia do Norte foi rotulada como parte de um Eixo do Mal e mencionada como um possível alvo na Revisão da Postura Nuclear. No entanto, embora o Quadro Acordado tenha sido muito detestado pela administração como uma relíquia da era Clinton, continuou a mancar. Então, em Outubro de 2002, eclodiu uma crise (Beal, 2005, p. 2, tradução livre).¹³

Os EUA estavam dispostos a cooperar para uma melhora da relação com a Coreia, entretanto isso só seria feito se os coreanos aceitassem algumas medidas impostas pelos americanos na diminuição de seu programa nuclear. Porém, de acordo com os norte-americanos, a Coreia não respeitou este acordo e a relação foi estremecida no início do governo de George W. Bush, que já não era simpático ao Acordo e aos rivais coreanos (Chang, 2006). Um fator que contribuiu para a animosidade foi a propaganda, em 2002, de que a Coreia do Norte estava promovendo um programa de alto enriquecimento de urânio. Algo ilegal de acordo com o

12 Fonte: <https://www.armscontrol.org/factsheets/us-north-korean-agreed-framework-glance>.

13 Tradução livre. No original: “Relations between Washington and Pyongyang became increasingly acrimonious. North Korea was labeled as part of an Axis of Evil and mentioned as a possible target in the Nuclear Posture Review. However, although the Agreed Framework was much disliked by the administration as a relic of the Clinton era, it limped on. Then, in October 2002, a crisis erupted”.

Acordado de 1994 e também no âmbito do *Six Party Talks*¹⁴. Entretanto, a China, um dos seis membros, negou a possibilidade do funcionamento de tal programa, alegando a falta de provas atestando a preocupação americana (Beal, 2005). Inegavelmente, nos anos 1990, Kim Il Sung e sua política Songun (prioridade ao exército frente a demais tópicos) também propiciaram o aumento da inquietude dos países anti-Coreia do Norte, em virtude da marca registrada de seu regime, em prol do armamento em primeiro lugar (Geiger, 2018)¹⁵. Beal (2005, p. 92)¹⁶ argumenta que “ainda não está claro quanta energia e recursos extras isso proporcionou aos militares além do que a mudança da situação geopolítica exigiu”. Dessa forma, a existência de armamentos nucleares é possível, mesmo que de forma não oficial.

As acusações capciosas não passam de manobras do governo ocidental para alimentar ainda mais para a comunidade internacional a face e a narrativa dos norte-coreanos e seu governo como inimigos mundiais. Tal estratégia foi excessivamente utilizada nos mandatos de George W. Bush, cuja política externa passou por uma reviravolta nos primeiros meses no poder. Além disso, outra arma amplamente empregada ao combater o inimigo oriental foram as sanções econômicas, as quais impõem severas consequências ao país alvo, ainda mais por se tratar de um instrumento político e econômico (Pape, 1997). Chang (2006, p. 109)¹⁷, esclarece que

As sanções econômicas dos Estados Unidos contra a Coreia do Norte são multifacetadas e não dirigidas a qualquer causa específica. Além disso, as razões para as sanções econômicas dos Estados Unidos contra a Coreia do Norte mudaram ao longo do tempo, à medida que a economia mundial se globalizou rapidamente, deixando a economia norte-coreana completamente para trás.¹⁸

14 A Six Party Talks foi uma série de negociações multilaterais realizadas de forma intermitente desde 2003 e com a participação da China, Japão, Coreia do Norte, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos com o objetivo de desmantelar o programa nuclear da Coreia do Norte. As negociações foram realizadas em Pequim e presididas pela China. A Coreia do Norte decidiu deixar de participar no processo sexista em 2009. Nos anos seguintes, outros participantes, nomeadamente a China, apelaram periodicamente à retoma do processo.

15 GEIGER, Luana Margarete. A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2018.

16 Tradução livre. No original: “It remains unclear how much extra power and resources this afforded the military beyond what the changed geopolitical situation demanded”.

17 CHANG, Semoon. The Saga of U.S. Economic Sanctions Against North Korea. Institute for National Security Strategy, Vol. 20, No. 2 (Fall/Winter 2006).

18 Tradução livre. No original: “U.S. economic sanctions against North Korea are multi - faceted rather than directed to any one particular cause. In addition, the reasons for U.S. economic sanctions against North Korea have changed over time as the world economy has rapidly been globalizing while leaving the North Korean economy completely behind”.

Logo, a Coreia do Norte não apenas lida com tensões e pressões externas ao seu regime, mas também sofre ataques tão nocivos quanto os combates armados. As sanções são mecanismos aplicados para fins específicos pré definidos por um Estado, dessa forma, de acordo com Robert Pape (1997, p. 93-94) as sanções “procuram diminuir o bem-estar econômico agregado de um estado alvo, reduzindo o comércio internacional, a fim de coagir o governo alvo a mudar o seu comportamento político”¹⁹. Embora tenha caráter amplo, as sanções à Coreia do Norte muito se atentam com a questão econômica, ao buscar o isolamento dos comunistas mesmo com o fim da Guerra Fria, e, não menos importante, direcionam-se ao quesito político, visto que a imagem do inimigo atribuída a Coreia do Norte passa, necessariamente, pela repulsa do regime determinado em território norte-coreano (Beal, 2005).

4 O Governo de George W. Bush e a Guerra ao Terror

Para buscar manter sua hegemonia no século XX, os EUA cercaram-se de poderios de diversas vertentes, como a OTAN (militar), a lógica liberal-capitalista de mercado e de política, culto a democracia, *american way of life*²⁰, entre outros. Assim, através dessas estruturas que os EUA se mantiveram no topo (Moreira Jr., 2011)²¹. Segundo Moreira Jr. (2011, p. 89), os Estados Unidos implementaram:

Uma política externa centrada na promoção afirmativa de princípios básicos da sociedade norte-americana, e por ela considerados universais, foi colocada em prática pelos governos dos Estados Unidos a partir do pós-Guerra, fossem eles liberais ou conservadores, representados pelos democratas ou pelos republicanos. O objetivo de seus formuladores sempre foi o de preservar ao máximo a condição alcançada pelos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial.

Com isso, o período que compreende 1945-1991 é caracterizado por um forte embate entre os capitalistas e os comunistas, entre o Ocidente e o Oriente, sendo Estados Unidos e União Soviética seus respectivos líderes. A política externa norte-americana foi pautada no liberalismo institucional e na proteção dos interesses

19 Tradução livre. No original: “seek to lower the aggregate economic welfare of a target state by reducing international trade in order to coerce the target government to change its political behavior”.

20 Modo de vida americano.

21 MOREIRA JÚNIOR, Hermes. O governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: nova orientação tática à estratégia norte-americana. 2011. 168 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

da ordem internacional ocidental, através das instituições internacionais por eles mesmos criadas (Moreira Jr., 2011). Porém, Moreira Jr (2011) acredita que, com o fim da URSS e a mudança da ordem bipolar para unipolar, com os EUA de superpotência, houve alterações nas diretrizes estadunidenses, pois estes passaram a adotar uma postura unilateralista, portanto passam do discurso de protetor dos interesses universais, para pensar apenas em seus próprios interesses.

A suposta mudança do *modus operandi* vem por meio da eleição presidencial de George W. Bush em 2001 e seus discursos neoconservadores, diferentemente do proposto pelo seu antecessor, o democrata Bill Clinton (1993-2001), no âmbito da política externa (Moreira Jr., 2011). Para tanto, com a remodelação, a política externa passou a tratar de pautas atreladas a iniciativas militares de segurança nacional, bem como de redução de fragilidades externas. Moreira Jr. (2011) afirma que tais práticas se associavam com os discursos do presidente, focados no unilateralismo. Entre seus anseios, a tentativa, a qualquer custo, de derrocada de qualquer país que aspirasse ascender no sistema internacional e se apresentasse como ameaça à potência vigente, os EUA (Moreira Jr, 2014).

O evento do 11 de setembro de 2001 contribuiu para edificar essa narrativa. Com toda comoção social que este fato causou, não era de se esperar menos do governo americano, sendo que “o 11 de setembro acentuou a possibilidade de reprodução dos valores e instituições norte-americanas, reafirmando a unipolaridade e a proeminência dos Estados Unidos no cenário mundial” (Moreira Jr., 2011, p. 92). Tamanho foi o impacto causado nos Estados Unidos que, de acordo com Cohen, “os bombardeios desencadearam uma série de desenvolvimentos que levaram a mudanças geopolíticas que afetaram as relações entre os estados e o equilíbrio de poder no mundo” (Cohen, 2014, p. 1)²². Subsequentemente, a política externa tornou-se mais engajada e carregada pelo sentimento de justiça, porque, pela primeira vez na história, o território americano havia sido violado²³. Logo, como exposto por Moreira Jr (2011, p. 93),

O equilíbrio institucional se inclinou a favor da “nova direita”, representada, sobretudo, pelos neoconservadores, justificando seus projetos de militarização

22 Tradução livre. No original: “The bombings triggered a series of developments that have led to geopolitical shifts that have affected the relationships among states and the balance of power in the world”

23 A posição geográfica fora dos centros das principais guerras, incluindo a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, sempre demonstrou-se como um trunfo para os EUA que manteve suas terras intactas.

e prevenção de ameaças e conferindo legitimidade a sua agenda de política externa. Temas centrais do interesse nacional e estratégico norte-americanos como políticas de salvaguarda a fontes de bens públicos internacionais e outros itens de segurança global, comprometimento com tarefas de intervenção e *state-building*, e expansão do liberalismo global são incorporados à linguagem da guerra contra o terror.

Todos esses aspectos contribuíram para reforçar a imagem ofensiva dos norte-americanos, que, a partir desse momento, buscavam concretizar seus interesses particulares, deixando de lado assuntos de cunho multilateral e confirmando seu caráter imperialista, muito característico desse início do século XXI. Com o intuito de combater o terrorismo, sua política externa passa a adotar medidas que neutralizem seus adversários, os quais foram enquadrados ao Eixo do Mal (Cummings *et al.*, 2004). Moreira Jr (2011, p. 94) segue expondo que:

a partir de então, os Estados Unidos buscam fazer valer sua superioridade militar e seu poder e prestígio econômico e cultural para reivindicar o direito de agir no plano internacional unilateralmente, e de acordo com seus interesses, ainda que se utilize do discurso de garantia da paz a todo o sistema de Estados.

A Doutrina Bush, nome dado à política do período da Guerra ao Terror, caracterizou-se, portanto, pela retomada do militarismo norte-americano no exterior e pela definição de inimigos políticos, representados por países que não se encaixavam nos moldes considerados “ideais” pelos Estados Unidos. Por isso, mostrou-se fundamental para sua nova política externa adotar medidas repressivas em lugares hostis aos interesses americanos. Logo, a ideia de levar democracia e liberdades civis e políticas aos países tradicionalmente fora do alinhamento com os parâmetros estabelecidos pelo Ocidente, foi o mecanismo de manutenção da segurança internacional dessa hegemonia, disfarçado de combate ao terrorismo (Chang, 2006).

Os Estados Unidos, ainda no governo Clinton, designou quatro categorias em que está dividido os países aliados, os emergentes, os falidos e os *rogue states*, ou Estados párias (Moreira JR., 2011). Estes últimos seriam os Estados com capacidades estatais baixas no atendimento público em áreas como saúde, educação, saneamento básico, entre outras. Devido a esse baixo controle estatal e fragilidade do controle público, eles tornam-se laboratórios para grupos não-estatais desafiadores à ordem internacional. Assim, a facilidade para estes grupos articularem-se e criarem redes

ilícitas é imensa, pois se desenvolvem sem nenhum tipo de fiscalização do Estado e passam a chamar a atenção de outros no combate à proliferação de tal conduta (Hoffman, 2007)²⁴. No entanto, outros governos também apresentam-se como desafiantes internacionais, embora não estejam articulados nessa lógica terrorista, como o caso da Coreia do Norte, que apenas faz parte do eixo do mal, pois desafia os Estados Unidos em outros cenários (Cummings *et al.*, 2004).

A questão envolvendo a Coreia do Norte se encaixa em uma política externa não bélica, mas ideológica do *regime change* (Moreira Jr. 2011). Isso porque regimes também podem afetar e caracterizar ameaças diversas, como é o caso norte-coreano aos olhos ocidentais. Para tanto, o objetivo das tensões entre essas nações consiste nas pretensões de mudar o regime do país asiático para uma administração mais próxima aos princípios estadunidenses, sendo a política adotada pela Coreia do Norte é inclinada ao socialismo (Moreira Jr. 2011). Dessa forma,

A crença neoconservadora no *regime change* se baseia na perspectiva da estabilidade duradoura entre regimes democráticos, assim o apoio ao desenvolvimento e modernização é benéfico para estabilidade e segurança internacionais. (Moreira JR, 2011, p. 139-140).

Como afirma Tim Beal (2005, p. 77), os norte-americanos possuem diversas questões adversas dentro de seu território, especialmente crises geradas pelo próprio sistema político do país, propulsor de competições internas entre os patriotas. Contudo, na tentativa de mascarar as perturbações particulares, o governo promove a propaganda de ameaças externas, com a mistificação da figura do inimigo em um contexto do mundo pós-Guerra Fria. De acordo com Dos Santos (2018, p. 110)²⁵, “se o Estado não tem nada o que temer, e nem cria perigos constantes que sejam aglutinadores sociais e contra os quais se deva temer e empregar forças contra, o sentido de sua existência se esgota”. Por conseguinte, a dualidade criada pela administração Bush entre os “terroristas”, os quais representam tudo de maléfico à sociedade, e, em compensação, aos “americanos”, dotados de características positivas aos olhos do restante do mundo, ampara as definições de Estados amigáveis

24 HOFFMAN, Frank G. Conflict in the 21st Century: the rise of hybrid wars. Potomac Institute for Political Studies, 2007.

25 DOS SANTOS, Wagner Martins. Construindo Identidades, Justificando Ações: A Construção Identitária dos Terroristas nos Discursos de George W. Bush. Conjuntura Global, v. 7, 2018.

e não amigáveis construídas pelos discursos de Bush após o 11 de setembro (Dos Santos, 2018).

Portanto, a política externa norte-americana do início do século XXI operou em consonância com os preceitos do neo realismo ofensivo de Mearsheimer, o qual se utiliza do dilema de segurança como um dos preceitos de sua teoria. Dado o histórico entre ambos os países, é correto afirmar que os dois atuam para que “quanto mais forte for um Estado em relação aos seus potenciais rivais, menor será a probabilidade de qualquer um desses rivais o atacar e ameaçar a sua sobrevivência” (Mearsheimer, 2014, p. 33)²⁶. Então, decisões como retirar-se do TNP, não obedecer exigências da AIEA e a crescente escalada de seu poderio militar apresentaram-se como reais ameaças ao Ocidente, que por sua vez vale-se de mecanismos sancionatórios para minar o poder do seu rival. Em artigo publicado, Tim Beal (2007) explica a obrigatoriedade das sanções contra países na dita lista da Guerra ao Terror, da qual a Coreia do Norte insiste em ser retirada (Beal, 2007). Beal (2007, p. 4)²⁷ ainda complementa dizendo que “a RPDC tem avisado que não iria além desativando seu programa, a menos que essa promessa fosse honrada”. Em suma, os métodos aplicados pelos países em busca de supremacia e defesa refletem a tendência à agressividade de pensar e agir dos Estados no sistema internacional anárquico (Mearsheimer, 2014). Este é o reflexo do caso conturbado entre Estados Unidos e Coreia do Norte.

5 Acordos Nucleares e Testes Norte-Coreanos

Após o mundo ter conhecimento dos horrores causados pela bomba atômica nos casos do Japão, o regime de não-proliferação de armas nucleares nasceu para tentar evitar desastres de mesma escala. Logo, “os Estados e a ONU passaram a negociar um corpo de regras necessárias para controlar a difusão da tecnologia nuclear, tendo em vista sua dualidade entre o uso civil e o militar” (Baghdadi, 2009, p. 31)²⁸. Depois de tentativas falhas ao longo do século XX, surge em 1957 a

26 Tradução livre. No original: “The stronger a state is relative to its potential rivals, the less likely it is that any of those rivals will attack it and threaten its survival”.

27 Tradução livre. No original: “The DPRK has warned that it would not move beyond mothballing its programme unless that promise was honoured”.

28 BAGHDADI, Tanguy, Cunha. Tratamento internacional do contencioso nuclear iraniano e a construção de representações na AIEA. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, pp. 31-57.

Agência Internacional de Energia Atômica, a qual tem por finalidade supervisionar a transferência de tecnologia nuclear, para usos pacíficos, assim como apostar “na cooperação técnica entre os Estados [...] como meio de reduzir a proliferação de armas nucleares” (Baghdadi, 2009, p. 40).

Com o sucesso da AIEA, o presidente norte-americano da época, cria o Tratado de Não-Proliferação (TNP) em 1968, além de atuar em conjunto à agência, o TNP também possibilita aos seus signatários salvaguardas e fiscalizações às instalações nos países possuidores de armas nucleares (Baghdadi, 2009). O TNP está dividido em duas categorias: os NNWS (*non-nuclear weapon states*), que se comprometeriam a não produzir ou adquirir armas nucleares; e os NWS (*nuclear weapon states*), Estados que testaram armas nucleares antes de janeiro de 1967, e que se comprometeriam a não transferir armas nucleares para os NNWS e a manter seus arsenais nucleares reduzidos (Baghdadi, 2009).

A Coreia do Norte foi signatária entre 1985 e 2003 do TNP, quando se retirou argumentando protesto contra as pressões exercidas pelos EUA devido a suas atividades nucleares. Informações dadas à AIEA por agências de inteligência dos Estados Unidos, descobriram instalações clandestinas na Coreia do Norte, destinadas à fabricação de armas nucleares ilegais. Com isso, pressões externas à Coreia do Norte, principalmente oriundas dos Estados Unidos, aumentaram, resultando em sua retirada do tratado (Baghdadi, 2009, p. 95).

A dispersão dos monitoramentos constantes às suas instalações nucleares viabilizou produções na área fora do alcance das demais potências, o que levou em 12 de fevereiro de 2003 a Agência de Energia Atômica Internacional a tomar medidas cabíveis nesse cenário. A agência alegou quebra de salvaguardas firmadas pelos norte-coreanos (Baghdadi, 2009). Tal inquietação foi encaminhada para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), causando profundo desconforto à RPDC a qual, agastada com a proposta enviada ao CSNU, ameaçou sua retirada no armistício deliberado da Guerra da Coreia em 1953. Esse movimento por parte do governo coreano transcorreu em consequência da escalada militar estadunidense na localidade (Chang, 2006). A resposta dos Estados Unidos à situação veio através de um encontro trilateral, envolvendo Estados Unidos, Coreia do Norte e China sediada na capital chinesa Pequim no mês de abril do mesmo ano,

em que as partes discutiram sobre os acontecimentos recentes. O Assistente do Secretário de Estado, James Kelly, compareceu ao encontro com ordens diretas de deter qualquer vínculo bilateral com o Estado pária. Além disso, o evento marcou um importante momento na relação EUA-Coreia do Norte, “durante o qual a Coreia do Norte confirmou de forma controversa à delegação dos EUA que de fato possuía armas nucleares” (Chang, 2006, p. 127).²⁹

Além disso, durante anos a Coreia do Norte suspeitou da posse de armamentos nucleares por parte da Coreia do Sul, algo que deveria ter sido oficialmente encerrado em 1991. Porém, documentos americanos mostram a permanência de armas atômicas em território sul-coreano até 1998, “no entanto, a esmagadora maioria da ameaça nuclear norte-americana à Coreia do Norte não provém de forças da própria Coreia do Sul, mas de armas que poderiam ser lançadas de fora da península, marítima ou terrestre, de território dos EUA ou do Japão” (Beal, 2007, p. 7).³⁰

A situação nuclear norte-coreana, desde sua retirada do TNP, é um mistério ao sistema internacional do seu programa nuclear. Todavia, é de amplo conhecimento suas promoções de testes nucleares, maioria realizados na região da península coreana, como foram os casos de outubro de 2006, quando a Coreia do Norte anunciou a realização de seus primeiros testes, sem seguir as diretrizes internacionais reconhecidas (Beal, 2007). Segundo Beal (2007, p. 1) “o dispositivo de plutônio testado em outubro era pequeno e supostamente não foi totalmente bem-sucedido, mas foi o suficiente para fazer pender a balança”³¹. Em adição, a RPDC sofre de acusações sobre seu programa nuclear de forma recorrente, sendo muitas delas irreais e apenas promotoras de desinformação acerca do país (Beal, 2005).

Um caso conhecido foi a acusação feita pela administração Bush em outubro de 2002, no qual acreditava-se que “a Coreia do Norte tem um programa de urânio altamente enriquecido (UAE), mas o *Six Party Talks* - especialmente a China - disseram publicamente que não sabem se os coreanos tem tal programa

29 Tradução livre. No original: “during which North Korea controversially confirmed to the U.S. delegation that it did indeed possess nuclear weapons”.

30 Tradução livre. No original: “However, the overwhelming US nuclear threat to North Korea comes not from forces in South Korea itself but from weapons that could be launched from outside the peninsula, either sea-based or land-based, from US or Japanese territory”.

31 Tradução livre. No original: “The plutonium device tested in October was small, and reportedly not entirely successful, but it was enough to tip the balance”.

e que os EUA não forneceram qualquer prova convincente” (Beal, 2005, p. 4)³². Beal (2007, p.5)³³ aproveita para reiterar que

Se o objetivo de Pyongyang na *Six Party Talks* for normalizar as relações com os Estados Unidos e sair do isolamento, é difícil ver como a Coreia do Norte poderá aderir à comunidade internacional se não tiver acesso a divisas fortes, mesmo para negócios legítimos, como vendas de ouro e outros minerais. De alguma forma, os EUA terão de oferecer à Coreia do Norte uma saída para este dilema se esperar que Pyongyang cumpra, em última análise, o seu compromisso com a desnuclearização..

Dessa maneira, ficam evidentes as diversas estratégias adotadas pelo Ocidente ao longo dos anos para desestabilizar a Coreia do Norte, abrangendo ações tanto na esfera econômica, como sanções comerciais e bloqueios financeiros, quanto na esfera política, incluindo pressões diplomáticas e tentativas de isolar o país no cenário internacional. Essas medidas visam minar a capacidade do regime norte-coreano de sustentar sua economia e fortalecer seu controle sobre a população, ao mesmo tempo que buscam influenciar a dinâmica interna do governo e fomentar descontentamento popular. Além disso, campanhas de desinformação e apoio a movimentos dissidentes têm sido parte dessa estratégia mais ampla, com o intuito de promover uma mudança de regime ou, pelo menos, um recuo nas políticas de defesa e desenvolvimento nuclear da nação.

6 Resolução 1718

Os EUA promovem sanções à Coreia do Norte desde a década de 1950, sendo elas de cunho variado. O Serviço de Lista de Sanções do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) fornece 164 resultados de sanções destinadas à Coreia do Norte pelo Departamento do Tesouro dos EUA, entre elas sanções a entidades, indivíduos, navios e aviões (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Por outro lado, as sanções promovidas pelas Nações Unidas até 2006 foram atribuídas a indivíduos norte-coreanos, ao invés de entidades

32 Tradução livre. No original: “North Korea has a Highly Enriched Uranium (HEU) programme, but the Six Party Talks - especially China - has publicly said that it does not know if North Korea has such a programme and that the US has not provided any convincing evidence”.

33 Tradução livre. No original: “If Pyongyang’s goal in the six-party talks is to normalize relations with the United States and pull itself out of isolation, it’s hard to see how North Korea can join the international community if it cannot access hard currency even for legitimate business, such as sales of gold and other minerals. Somehow, the U.S. will have to offer North Korea a way out of this dilemma if it expects Pyongyang to ultimately fulfill its commitment to denuclearization”.

governamentais. Portanto, a resolução de 2006 do CSNU marca uma virada nas salvaguardas alvitadas por essa instituição, ao propor sanções multilaterais ao próprio governo asiático que fomenta tais testes nucleares. Entende-se que a Doutrina Bush e a Guerra ao Terror incrementam na ONU essa ideia de defesa internacional, apontando um inimigo em comum da comunidade internacional, a contar do pedido feito pela administração Bush ao Conselho de Segurança em tomar medidas para a crise, por meio de sanções econômicas multilaterais (Chang, 2006).

Em sua 5551ª reunião, o Conselho de Segurança da ONU, dia 14 de outubro de 2006, reuniu-se no intuito de rechaçar as últimas atividades nucleares da RPDC. A resolução reafirma seu repúdio a todo e qualquer tipo de proliferação de armas que ameacem a paz mundial e a integridade física dos seres humanos. Para tanto, expressa grandes preocupações acerca dos testes atômicos realizados pela Coreia do Norte no início de outubro do mesmo ano, os quais não vão de encontro com as normas do TNP, muito menos com os esforços internacionais de combate ao uso não pacífico de energia nuclear, que podem ocasionar perigos para regiões inteiras (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Dito isso, ao retirar-se do Tratado de Não-Proliferação e recusar-se a voltar ao *Six Party Talks*, somados às recentes atividades nucleares, a Coreia do Norte provocou aumento de tensões na região, assim como uma ameaça à paz e à segurança internacional. Sendo assim, há quem diga que, “o esforço do regime norte-coreano para construir armas nucleares e outras armas de destruição em massa representa uma séria ameaça à segurança nacional americana” (Beal, 2005, p. 78)³⁴. Dessa maneira, o Conselho de Segurança redigiu no total 17 medidas repreensivas³⁵ ao governo norte-coreano, assim como estabelece condições para demais países associados ao país asiático. Além disso, a Resolução 1718 também afirma a continuidade da vigilância sobre as ações da RPDC e do cumprimento com as disposições previstas na resolução (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

34 Tradução livre. No original: “The North Korean regime’s drive to build nuclear weapons and other weapons of mass destruction poses a grave threat to American national security”.

35 CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. *Resolução 1718*. Index: S/RES/1718, 14 de outubro de 2006. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n06/572/07/pdf/n0657207.pdf?token=CngyUUKyc445ROcdM9&fe=true>.

O primeiro tópico das medidas repreensivas volta-se a condenar os atos proclamados pelo governo norte-coreano, ao reafirmar que tais testes poderiam representar uma ameaça de cunho internacional. O CSNU segue o texto exigindo algumas demandas, entre as quais: fim de quaisquer condutas relacionadas a atividades nucleares, testes ou lançamentos de mísseis; esclarecimentos sobre sua retirada do Tratado de Não-Proliferação em 2003; a volta para o TNP, ao *Six Party Talks* e seguimento das obrigações da AIEA (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Ademais, o Conselho de Segurança decide pela: suspensão total das atividades voltadas aos programas de míssil balístico, bem como o restabelecimento de suas obrigações previamente existentes com a moratória de lançamento de mísseis; a RPDC deve abandonar todas as armas nucleares e programas de mesma vertente, de forma confiável, verificável e irreversível, agindo, portanto, conforme as responsabilidades das partes sob o TNP e sob os termos e condições da AIEA; deve prover completa transparência para a Agência Internacional de Energia Atômica, incluindo acesso à documentos, equipamentos e estabelecimentos requeridos pela agência (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

No entanto, outras exigências aparecem no documento, englobando medidas para todos os Estados membros das Nações Unidas. As principais determinações abordam o impedimento de transferências, suportes e promoções para a Coreia, em seu território e por seus nacionais, de utensílios militares tecnologia, materiais, equipamentos e bens luxuosos que possam, direta ou indiretamente, contribuir para o desenvolvimento nuclear e de armas destruição em massa da RPDC (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Outrossim, todos os membros precisam congelar todos os fundos, ativos financeiros e recursos econômicos que trazem qualquer vantagem à população norte-coreana e suas entidades. Entretanto, será permitido o supracitado em caso de despesas básicas e cobranças de utilidade pública. O texto segue por encorajar todos os Estados membros a intensificarem seus esforços diplomáticos para facilitar a retomada do *Six Party Talks*, entre outros pormenores (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Logo, a resolução elucida diversos pontos de repúdio por parte do Ocidente, encabeçados pelo Conselho de Segurança, aos atos de início de outubro, ao argumentar que tais medidas são de interesse da sociedade internacional, afinal a Coreia do Norte estava intimidando a paz e segurança internacional³⁶. As consequências para os asiáticos são predominantemente políticas e econômicas. No aspecto político, enfrentam a falta de oportunidades diplomáticas com outros países e a dificuldade de tomar decisões autônomas sobre questões nucleares dentro de sua própria soberania. No aspecto econômico, estão limitados por congelamentos financeiros e desvantagens econômicas. Portanto, esse pacote de sanções serve para frear o avanço nuclear do inimigo, incluído no Eixo do Mal, e enfraquecê-lo à frente da escalada de poder do início do século XXI.

Considerações Finais

Apesar do vigente trabalho explorar aspectos que datam do início dos anos 2000 até o ano de 2006, é importante compreender que a história nasce muitos anos antes e culmina na proposta da pesquisa. Logo, tratar a Resolução 1.718 do Conselho de Segurança da ONU como um desdobramento de anos de embate entre esses países, leva a crer que a Guerra ao Terror apenas amplificou a necessidade de segurança nacional norte-coreana. Nesse sentido, a escalada tecnológica da Coreia do Norte tornou-se o principal contrapeso em face às pressões externas de países ocidentais, os quais tomaram medidas punitivas aos testes nucleares de 2006 (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Ao entender a magnitude dos ocorridos em Hiroshima e Nagasaki, os primeiros ataques realizados com a nova tecnologia, os países notaram a necessidade da criação de normas a fim de controlar o desenvolvimento e propagação da arma nuclear, a qual poderia causar grandes danos a um território. Entre os principais acordos, os quais ainda encontram-se em funcionamento, é importante citar a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o Tratado de Não-Proliferação (TNP), ambas instituições criadas por parte do ocidente, capitaneados pelos norte-americanos, que estipulam regras de funcionamento, produção e fiscalização de

36 CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1718. Index: S/RES/1718, 14 de outubro de 2006. Parágrafo 2: “Reafirmando que a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, bem como dos seus vetores, constitui uma ameaça à paz e à segurança internacionais”.

toda e qualquer energia atômica desenvolvida pelos *Nuclear Weapons States* (Estados com armas nucleares) (Baghdadi, 2009).

O ponto de partida na análise proposta do vigente trabalho é o *Agreed Framework*. O acordo surge no intuito de resolver os problemas gerais causados pela presença de armamentos nucleares na península coreana. Apesar de ser signatária do TNP na época do *Agreed Framework*, a Coreia do Norte ainda não possuía armamentos nucleares. Assim, esse acordo foi essencial para a tentativa de normalização da relação entre EUA e Coreia do Norte, o que ocorreu após acertos que constavam os dois lados fazendo concessões, com o propósito de refinar o elo entre os países. No entanto, com o advento da administração Bush em 2001, o vínculo estremeceu novamente. Através de uma série de acusações ao governo da Coreia do Norte, os Estados Unidos alegaram quebras de acordos por parte dos asiáticos, os quais supostamente não seguiam as diretrizes por eles previamente firmados. Assim, a animosidade entre os Estados apenas cresceu (Beal, 2007).

Os ataques à Nova Iorque e Washington, na manhã do dia 11 de setembro de 2001, conduziram a uma mudança de política externa norte-americana, agora orientada à segurança internacional, ao combate ao terrorismo, à amplificação de ações militares, desrespeito a indicações de instituições internacionais e a definição dos seus inimigos, isto é, o Eixo do Mal (Cummings *et al.*, 2004). A declaração da Guerra ao Terror inaugura a ideologia predominante da época chamada de Doutrina Bush, a qual fundamentou as decisões de políticas externas, sendo que a repressão aos países hostis aos Estados Unidos era um dos pilares da doutrina. Em vista disso, Bruce Cummings (2004), entende que a Coreia do Norte encaixa-se perfeitamente nesses moldes, a partir do momento que se apresenta como pária no continente asiático e antagonista aos parceiros dos EUA, Coreia do Sul e Japão.

Consequentemente, em 2003 a Coreia do Norte retira-se do Tratado de Não-Proliferação e segue sua produção nuclear sem submeter-se a nenhuma organização ou arranjo internacional. Nesse viés, os países ocidentais passam a supervisionar o desenvolvimento tecnológico da Coreia do Norte de forma preconceituosa e cautelosa, pois reconhecem os perigos dessa empreitada. Nesse sentido, a escalada do programa atômico norte-coreano alimentou as suspeitas dos demais

Estados, os quais intentaram, por intervenção de sanções unilaterais, frear o tal desenvolvimento durante anos (Chang, 2006).

Ademais, em agosto de 2003 cria-se a *Six Party Talks*, na tentativa de desmantelar o projeto atômico do país, após sua saída do TNP. Todavia, esse esforço não foi suficiente, dado que ao invés de reduzir os avanços do programa, causou um efeito reverso que, em outubro de 2006, culminou nos primeiros testes nucleares patrocinados pelo governo da Coreia do Norte. Ambos os testes reacenderam a preocupação das potências mundiais, que acreditam que o assunto deve ser tratado com urgência e com medidas mais rigorosas (CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Por conseguinte, os representantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniram-se e redigiram o documento em resposta aos atos do governo norte-coreano. A Resolução 1.718 de 2006 é o primeiro pacote de sanções multilaterais operado no domínio da ONU e contou com aproximadamente 17 medidas sancionatórias de cunho variados, com a intenção de golpear múltiplos setores da economia, política e sociedade norte-coreana. Sobre esse pacote de sanções, o presente artigo elucidou alguns pontos específicos esmiuçados na resolução que discorrem especialmente sobre questões tanto financeira quanto armamentista do sancionado. Tais sanções demonstram as consequências diretas da propagação das premissas da Guerra ao Terror para o sistema internacional (Chang, 2006).

Portanto, pensar no programa nuclear da RPDC não pode ser desconexo da sua relação com Estados ocidentais. Estes que durante anos buscam maneiras para desestabilizar setores fundamentais do país tratado como hostil, o qual não segue os padrões impostos pelos demais e recusa-se a limitar seu poder atômico segundo diretrizes de instituições criadas pelos norte-americanos. Dessa forma, o secreto desenvolvimento nuclear na Coreia do Norte intimida seus inimigos que passam a adotar mecanismos para impactar diretamente em seu governo, a exemplo das sanções internacionais. Previamente, as sanções pretendiam alcançar um fim específico, partindo de um país específico, neste caso eram promulgadas sanções unilaterais. No entanto, a falta de sucesso em termos de eficácia das sanções unilaterais colocou em prova a urgência dos líderes mundiais em encontrar, conjuntamente, uma saída para a problemática da escalada nuclear no norte da península coreana.

Consequentemente, o parágrafo 6 e parágrafo 8 inciso “d” do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, medidas sob o seu Artigo 41, da Resolução 1.718 (2006), dão notoriedade e maior expressão ao primeiro pacote de sanções multilaterais da ONU. O primeiro expressa a vontade dos signatários da Resolução de que a RPDC abandone por completo seu programa nuclear e, evidentemente, todas as armas que possuem, assim como exigem que o país aja em concordância e transparência ao TNP e a AIEA. O segundo estritamente invoca o congelamento de todos os ativos financeiros e quaisquer recursos econômicos em território dos membros das Nações Unidas. Tal medidas expõem a dimensão que uma sanção pode afetar seu alvo, o qual, de acordo com os medidas, sofre de baixas nos setores financeiro e de segurança.

Dessa forma, prova-se que o alto desenvolvimento de tecnologia nuclear na Coreia do Norte foi diretamente influenciado pela nova postura ofensiva dos EUA ao seu inimigo asiático, a partir da eleição de George W. Bush no início do século. Tal postura, além de propiciar a necessidade de aumento da segurança internacional norte-coreana, também acelerou a programação de testes nucleares na península coreana, efeitos não esperados pela administração Bush. Por fim, em ato de represália às ações norte-coreanas, o CSNU promove a Resolução 1718, o pacote de sanções consequentes das pressões externas à Coreia do Norte, encabeçadas pelos estadunidenses.

UN Security Council Resolution 1,718 (2006): The Sanctions Package That Reaffirms the United States’ Axis of Evil Policy towards North Korea

Abstract: In 2001, US foreign policy began to operate through the so-called Bush Doctrine, which defined external enemies, included in the Axis of Evil, including North Korea. The North Koreans have historically shown interest in nuclear energy, especially due to the need for national security, developing it and carrying out tests, which are not accepted by other Western states. Therefore, the objective of the work is to analyze the relationship between the War on Terror policy and the escalation of North Korea’s nuclear operations, which consequently culminated in Resolution 1718 of 2006, the first multilateral UN sanctions. To this end, the research

uses Mearsheimer's theory of offensive neo-realism in order to explain US behavior during the Bush mandate.

Keywords: Sanctions. Enemy. Nuclear. George W. Bush. North Korea.

Referências

ABRAHAMIAN, Ervand; CUMMINGS, Bruce; MA'OZ, Moshe. **Inventing the Axis of Evil: The Truth About North Korea, Iran, and Syria**. The New Press, 2004.

BAGHDADI, Tanguy, Cunha. **Tratamento internacional do contencioso nuclear iraniano e a construção de representações na AIEA**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, pp. 31-57.

BEAL, Tim. **North Korea: the struggle against American power**. London; Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2005.

BEAL, Tim. **In Line of Fire: The Korean Peninsula in U.S.-China Strategy**. Monthly Review, 2021.

BEAL, Tim. The Road To Peace In Northeast Asia – Prospects And Pitfalls. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, 7 de agosto de 2007. Seção 8, Vol. 5. Disponível em: <https://apjpf.org/tim-beal/2498/article>. Acesso em: 02 de abril de 2024.

CHANG, Semoon. The Saga of U.S. Economic Sanctions Against North Korea. **Institute for National Security Strategy**, Vol. 20, No. 2 (Fall/Winter 2006), pp. 109-139.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: the geography of international relations**. Rowman & Littlefield, 2014.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1718. Index: S/RES/1718, 14 de outubro de 2006. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n06/572/07/pdf/n0657207.pdf?token=CngyUUkyc445ROcdM9&fe=true>.

DOS SANTOS, Wagner Martins. Construindo Identidades, Justificando Ações: A Construção Identitária dos Terroristas nos Discursos de George W. Bush.

Conjuntura Global, v. 7, 2018, pp. 108-126.

GEIGER, Luana Margarete. **A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2018.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st Century: the rise of hybrid wars**. Potomac Institute for Political Studies, 2007.

LIANG, Xiaodon, The Six Party Talks at a Glance. **Arms Control Association**, Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/6party-talks>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**; Oakland Vol. 105, Iss. 690, (Apr 2006), p. 160-162.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Powers Politics**. W. W. Norton & Company, 2001.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes. **O governo de George W. Bush e sua guerra contra o terror: nova orientação tática à estratégia norte-americana**. 2011. 168 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/98121>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PAPE, Robert A. Why Economic Sanctions Do Not Work. **The MIT Press**, Vol. 22, No. 2 (Fall, 1997), pp. 90-13